



MPV 927
00063

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Irajá

EMENDA nº _____ - MPV 927/2020

Modifique-se os seguintes dispositivos da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020:

“CAPÍTULO IX

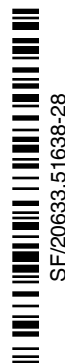
DO DIFERIMENTO DO RECOLHIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO E DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS”

“Art. 19. Fica suspensa a exigibilidade do recolhimento do FGTS e das contribuições previstas nos incisos I, II, III e V, do art. 30, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, pelos empregadores, durante o período de emergência em saúde pública de importância nacional (Espin), declarada pela Portaria do Ministério da Saúde nº 188, de 3 de fevereiro de 2020.

.....
.....”

“Art. 20. O recolhimento dos encargos e tributos referidos no art. 19 poderá ser realizado de forma parcelada, sem a incidência da atualização, da multa e dos encargos previstos no art. 22 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e no art. 35, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 1º O pagamento das obrigações previstas no *caput* será quitado em número parcelas mensais equivalentes ao dobro das competências de duração da Espin, a partir do segundo mês subsequente ao encerramento da emergência, nos seguintes termos:



SF/20633.51638-28



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Irajá

I - As parcelas relativas ao FGTS terão vencimento no sétimo dia de cada mês, observado o disposto no caput do art. 15 da Lei nº 8.036, de 1990;

II - As parcelas relativas às contribuições previstas nos incisos I, II, III e IV, do art. 30, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, terão vencimento no vigésimo dia de cada mês;

§ 2º Para usufruir da prerrogativa prevista no caput, o empregador fica obrigado a declarar as informações, até quinto dia útil posterior ao encerramento da Espin, nos termos do disposto no inciso IV do caput do art. 32 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e no Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, observado que:

I - as informações prestadas constituirão declaração e reconhecimento dos créditos delas decorrentes, caracterizarão confissão de débito e constituirão instrumento hábil e suficiente para a cobrança do crédito de FGTS e do crédito tributário;

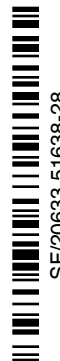
.....”

JUSTIFICAÇÃO

O espírito das leis que criaram os impostos e contribuições que incidem na folha de pagamento orienta que esses tributos existem para que o Governo possa custear certas necessidades do trabalhador.

O Legislador naquele momento visava garantir o bem-estar do trabalhador e de sua família, mediante uma existência compatível com a dignidade humana, presente em nossa carta magna desde 1934, conquistas oriundas da era Vargas.

Em tempos da pandemia que enfrenta o Brasil, cabe ao mesmo Congresso reavaliar temporariamente as necessidades imediatas dos nossos trabalhadores, bem como as leis sociais que os regem, uma vez que muitas dessas cobranças tornam-se sem efeito, em momentos de isolamento e





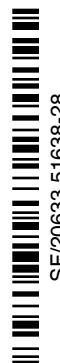
SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Irajá

quarentena. Principalmente as contribuições paraestatais, a exemplo daquelas destinadas ao Terceiro Setor, como o Sistema S, em razão da impossibilidade de atendimento ao público e de exercer a prestação de serviços sociais inerentes a sua atribuição autônoma.

Além disso, o pensamento de vanguarda essencial que paira agora sobre toda a sociedade é de manter todos os trabalhadores nos seus empregos, pois, como dizia o presidente americano Donald Reagan, “Acredito que o melhor programa social é um emprego”.

Nesse prisma, no Brasil, que se encontra em período de quarentena da grande maioria dos postos de trabalho considerados não essenciais, o Senado Federal e Câmara dos Deputados, têm dever de se unir em consenso e construir um mecanismo para que as empresas de forma geral possam ter folego e não demitam milhões de brasileiros e brasileiras.

Para isso, proponho a inclusão da postergação do pagamento das contribuições sociais na medida provisória, como forma de resguardar o pleno restabelecimento dos empreendimentos brasileiros, ao final da emergência de saúde pública, enquanto são mantidos também os empregos.



SF/20633.51638-28